

Belém, 03 de junho de 2016.

Aos Dirigentes do

Instituto Floresta Tropical
Rua dos Mundurucus, 1613
Jurunas - Belém - Pará

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.Sas. o Relatório de Auditoria da **Instituto Floresta Tropical**, correspondente ao exercício de 2014, com as verificações acerca dos pontos considerados relevantes, para sua análise e decisão.

Colocamo-nos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer informações necessárias.

Atenciosamente,

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente



Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente

ELABORADO PARA: Instituto Floresta Tropical
Rua dos Mundurucus, 1613
Jurunas - Belém - Pará
Brasil

ELABORADO POR: AUDICON – Auditoria, Consultoria e Contabilidade S/C
Trav. São Pedro, 566 – Edifício Carajás, sala 206
Batista Campos – Belém, PA
Brasil

ASSUNTO: Relatório de Auditoria Contábil - 2014



APRESENTAÇÃO

O trabalho de auditoria realizado no **Instituto Floresta Tropical**, fundamentou-se no exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2014. Conduzimos os trabalhos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Auditoria (NBC TA), além de complementar com procedimentos adicionais específicos. Desta forma, obtivemos as informações dos representantes da administração da empresa e inspecionamos a documentação comprobatória através de testes adequados. Porém, observamos que os procedimentos adicionais aplicados neste trabalho não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno e não têm o propósito de expressar opinião sobre se as informações fornecidas pela administração.

Partimos do pressuposto de que a implantação e a operacionalização do sistema de controle interno são de responsabilidade da administração da Entidade. Portanto, o presente relatório se restringe às informações obtidas durante o processo de revisão mencionado anteriormente. Por isso mesmo, revisões específicas e mais amplas poderão eventualmente revelar outras informações, além daquelas descritas neste relatório.



PROCESSOS UTILIZADOS PARA A AUDITORIA

Planejamos e executamos a Auditoria para obter uma segurança de que a Prestação de Contas está isenta de distorções relevantes, por meio do exame das evidências que corroboram os valores e divulgações dos demonstrativos informados.

Em conjunto com as provas nos Registros Contábeis, de documentação e outros procedimentos de auditoria, avaliamos pelo método de amostragem, o sistema contábil de registro referente ao período supracitado.



Notas Explicativas (*Em Reais*)

1 Contexto operacional

O **Instituto Floresta Tropical – IFT**, é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 22 de julho de 2002, sediada à rua dos Mundurucus, 1613, bairro de Jurunas, no município de Belém, estado do Pará. O Instituto tem como missão institucional promover a adoção de boas práticas de manejo florestal, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dentre suas principais atividades destacam-se:

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuição para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promoção de programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é regido por um estatuto social aprovado em julho de 2002, que estabelece as diretrizes para seu funcionamento e gestão, e está regulado pelas instâncias representadas pela Assembléia Geral, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva. Os conselhos contam com a participação voluntária e não remunerada de agentes relevantes do setor florestal brasileiro, destacando-se a iniciativa privada, organizações não governamentais (ONG) ambientais e instituições de ensino. Desde 2006, o Instituto é reconhecido oficialmente pelo Ministério da Justiça do Governo Brasileiro como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação nacional e internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

2 Base de preparação

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada em 10 de junho de 2015 pela secretaria executiva do Instituto.

2.2 - Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.



Não houve qualquer julgamento crítico relevante referente às políticas contábeis que afete as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado do exercício.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e adiantamentos concedidos.

Caixa e equivalentes de caixa: Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Recursos vinculados a projetos: Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

Adiantamentos concedidos: Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização, não sendo necessária a constituição de provisão para redução ao valor de realização.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações com recursos de projetos, obrigações sociais, trabalhistas e tributárias.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.



c. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Refere-se aos direitos de uso de softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Entidade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso estas sejam confirmadas e se os impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos puderem ser estimados de maneira confiável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A administração do Instituto não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável e, desta forma, não foi necessário estimar provisão ao seu valor recuperável.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos - Entrada de Recursos", no passivo circulante. Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica "Saída de Recursos", conta redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade.



Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores, a movimentação dos recursos não impactam no resultado.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita operacional

São alocadas as receitas provenientes de prestação de serviços, tais como: treinamento, palestras, consultorias, à medida que os serviços são prestados e pelos montantes auferidos.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

k. Isenções fiscais

Por ser uma OSCIP e entidade sem fins lucrativos,, o Instituto está isento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10 e 18, IV):

- Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes que compõem os conselhos superiores pelos serviços prestados;
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;

- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; e
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º e artigo 15 § 2º).

I. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação e quando aplicados são divulgados em nota explicativa específica.



4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	6.407	5.916
Bancos (a)	30.440	126.715
Aplicações financeiras (b)	<u>477.734</u>	<u>469.870</u>
	<u>514.581</u>	<u>602.501</u>

- (a) Normalmente os recursos próprios são mantidos em contas de aplicação financeira até a sua efetiva utilização.

O aumento está relacionado com recebimento de recurso em período de férias coletivas dos colaboradores do Instituto e este ficou depositado em conta corrente até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

- (b) Os recursos aplicados são mantidos para cumprimento das obrigações quando não aplicados nos projetos.

5 Recursos vinculados a projetos

	2014	2013
Caixa	6.216	10.896
Bancos	15.051	128.557
Aplicações financeiras	<u>651.909</u>	<u>2.445.361</u>
	<u>673.176</u>	<u>2.584.815</u>

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

- (a) A diminuição do saldo no exercício de 2014 refere-se a quase total utilização dos recursos na execução das atividades do Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES.

Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 80% e 90% do rendimento dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

A administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo, quando permitido contratualmente pelos financiadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

6 Adiantamentos concedidos

	2014	2013
Adiantamento a fornecedores	5.042	16.534
Adiantamento a funcionários (a)	94.645	151.236
Adiantamento de viagens	4.520	10.579
Impostos	2.763	2.763
Outros adiantamentos	493	1.804
	107.463	185.951



7 Imobilizado

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 01/01/2014	Adições	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2014
Bens próprios						
Equipamentos de informática	20%	3.472	-	-	(2.433)	1.038
Aparelhos e equipamentos	10%	7.562	3.087	-	(1.250)	9.340
Máquinas e equipamentos	10%	1.450	-	-	(424)	1.025
Móveis e utensílios	10%	7.078	-	-	(939)	6.139
Veículos	20%	89.267	109.961	-	(35.907)	163.321
		<u>108.829</u>	<u>113.048</u>	<u>-</u>	<u>(40.954)</u>	<u>180.923</u>
Bens com restrição de uso						
Benfeitorias em imóveis	10%	22.427	-	-	(12.647)	9.780
Equipamentos de informática	20%	58.052	58.160	-	(25.533)	90.681
Aparelhos e equipamentos	10%	64.844	32.373	-	(11.481)	85.735
Máquinas e equipamentos	10%	996.276	-	-	(147.241)	849.035
Móveis e utensílios	10%	39.360	1.172	-	(6.372)	34.161
Veículos	20%	6.165	-	-	(5.986)	177
		<u>1.187.124</u>	<u>91.705</u>	<u>-</u>	<u>(209.260)</u>	<u>1.069.570</u>

8 Fornecedores

	2014	2013
Contas a pagar	9.795	25.470
Fornecedores	30.307	-
	<u>40.102</u>	<u>25.470</u>

9 Obrigações com recursos de projetos

Refere-se aos recursos recebidos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos. Neste item houve mudança de critério, até as demonstrações anteriores, os valores refletiam os saldos acumulados, a partir desta, passou-se a considerar o movimento ocorrido no período:

	2014	2013
Recurso de projetos	4.653.436	7.056.494
Receitas financeiras	186.315	140.633
Receitas diversas	-	89.670
Doações	-	50.000
Recursos	<u>4.839.750</u>	<u>7.336.797</u>
Consultorias	(338.970)	(631.756)
Operacionais	(642.127)	(703.509)
Viagens	(761.718)	(442.073)
Publicidade	(192.953)	(158.303)
Manutenção	(1.174.599)	(1.168.323)
Salários e benefícios	(1.905.755)	(1.825.626)
Custos	<u>(5.016.121)</u>	<u>(4.929.590)</u>
Salários	(788.563)	(719.006)
Consultorias	(220.204)	(279.282)
Manutenção	(11.956)	(16.944)
Ocupação	(128.874)	(121.411)
Utilidades e serviços	(104.979)	(116.829)
Seguros	-	-
Fretes	-	(55)
Administrativas	(242.114)	(176.691)
Impostos e taxas	(6.967)	(11.667)
Financeiras	(65.745)	(83.914)
Imobilizado	(338.703)	(34.993)
Despesas	<u>(1.908.106)</u>	<u>(1.560.739)</u>
Saldo final	<u>(2.084.476)</u>	<u>846.468</u>



Em virtude da vinculação da vida útil econômica dos “bens com restrição de uso”, concluiu-se não reconhecer despesa de depreciação desses bens no resultado do Instituto. Portanto, os custos de depreciação destes bens são registrados em conta redutora da conta “obrigações com recursos de projetos”.

10 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos conselhos fiscal e diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se basicamente ao superávit do ano corrente. Após aprovação pelos conselhos fiscal e diretor, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto.

11 Processos judiciais e contingências

O Instituto não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a administração não julgou necessária a constituição de provisão para perdas em processos judiciais.



12 Receitas de serviços prestados

	2014	2013
Receita de serviços	754.689	773.480
Taxas administrativas	<u>120.081</u>	<u>53.749</u>
	<u>874.770</u>	<u>827.229</u>

A receita oriunda da prestação de serviços advém principalmente de cursos e consultorias.

As taxas administrativas são auferidas sobre os recursos obtidos de terceiros, conforme percentual acordado e previsto em contrato – também conhecido como *overhead*.

13 Custos com prestação de serviços

	2014	2013
Salários e benefícios (a)	83.026	281.138
Consultorias Operacional	236.803	16.071
Despesas com viagens	118.618	12.142
Publicações e eventos	144.412	181.586
Manutenção	74.817	-
	<u>59.561</u>	<u>755</u>
	<u>717.238</u>	<u>491.692</u>

- (a) Os custos com folha de pagamento são incorporados nos projetos, quando elaborado o orçamento para aprovação dos investidores, não impactando as contas de resultado do instituto. Quando há eventos não programados no orçamento dos projetos, o Instituto realiza o pagamento com recursos próprios registrando os referidos gastos em conta de resultado.



14 Despesa com pessoal

	2014	2013
13º salário	2.934	1.142
Assistência médica	664	15.975
Aviso prévio/indenizações	640	26.097
Capacitação	361	861
Consultoria	-	2.748
Exames e medicamentos	-	150
FGTS	4.762	4.702
INSS	2.154	5.589
Multa rescisória	-	2.918
PIS	36	47
Remuneração de estágio	-	-
Salários	3.294	2.075
Seguro de vida	-	286
Vale alimentação	-	-
Vale transporte	1.058	1.103
Férias	3.912	3.144
	<hr/>	<hr/>
	19.816	66.838



15 Despesas administrativas

	2014	2013
Consultorias e serviços	90	61.730
Manutenção	8.170	152
Utilidades e serviços	2.780	701
Fretes	10.679	288
Administrativas	<u>104.910</u>	<u>131.035</u>
	<u>126.629</u>	<u>193.906</u>

16 Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	60.211	33.927
Descontos obtidos	27	478
	<u>60.238</u>	<u>34.405</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3.870)	(1.782)
IOF	(8)	(358)
IRRF sobre aplicação	(9.044)	(5.604)
Juros e multas pagos	(258)	(14)
Descontos concedidos	<u>(28)</u>	<u>(2.304)</u>
	<u>(13.209)</u>	<u>(10.062)</u>
	<u>47.029</u>	<u>24.343</u>



17 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	514.581	602.501
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	-	-
Bancos	5	15.051	128.557
Aplicações financeiras	5	651.909	2.445.361
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	9	707.332	2.791.808

Risco cambial

Considerando que a exposição líquida ao risco operacional de uma entidade pode ser medida pelo seu ganho contra seus gastos em moeda forte, concluímos que a taxa de exposição líquida do Instituto é nula, já que não é gasto mais do que é recebido dos contratos em moeda estrangeira, ou seja, por mais que o valor recebido, convertido em reais, seja menor do que o previsto na proposta, os gastos são realizados até o limite do valor recebido.

Em 31 de dezembro de 2014, o Instituto não tinha obrigações com terceiros em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o prazo de seis meses.

Análise de sensibilidade

O Instituto não possui empréstimos, financiamentos e contas a pagar em valor relevante e, portanto, considera não existir instrumentos financeiros que possam fornecer riscos



relevantes de cobertura. Também não possui obrigações ou créditos em moeda estrangeira.

A administração não considerou como passíveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

18 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2014, não houve eventos relevantes que pudessem causar impacto relevante na posição patrimonial e financeira do Instituto naquela data.



Instituto Floresta Tropical - IFT

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	514.581	602.501
Recursos vinculados a projetos	5	676.423	2.584.815
Adiantamentos concedidos	6	107.463	185.951
Outras contas a receber		<u>87.600</u>	<u>40.924</u>
Total do ativo circulante		<u>1.386.067</u>	<u>3.414.191</u>
Imobilizado	7	180.923	108.829
Intangível		<u>723</u>	<u>1.752</u>
Total do ativo não circulante		<u>181.646</u>	<u>110.581</u>
Total do ativo		<u><u>1.567.713</u></u>	<u><u>3.524.772</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Passivo	Nota	2014	2013
Fornecedores	8	40.102	25.470
Obrigações sociais e trabalhistas		51.615	-
Obrigações tributárias		18.604	-
Obrigações com recursos de projetos	9	707.332	2.791.808
Outras contas a pagar		-	1.779
Total do passivo circulante		<u>817.653</u>	<u>2.819.057</u>
Patrimônio líquido	10		
Patrimônio social		705.716	646.039
Superávit do exercício		44.344	59.676
Total do patrimônio líquido		<u>750.060</u>	<u>705.715</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.567.713</u></u>	<u><u>3.524.772</u></u>



Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas de serviços prestados	12	874.770	827.229
Custos com prestação de serviços	13	<u>(717.238)</u>	<u>(491.692)</u>
Superávit bruto		<u>157.532</u>	<u>335.537</u>
Despesas com pessoal	14	(19.816)	(66.838)
Despesas administrativas	15	(126.630)	(193.906)
Despesas tributárias		<u>(13.771)</u>	<u>(39.460)</u>
Superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>(2.685)</u>	<u>35.333</u>
Receitas financeiras		60.238	34.405
Despesas financeiras		<u>(13.209)</u>	<u>(10.062)</u>
Resultado financeiro líquido	16	<u>47.029</u>	<u>24.343</u>
Superávit do exercício		<u><u>44.344</u></u>	<u><u>59.676</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Superávit do exercício	<u>44.344</u>	<u>59.676</u>
Resultado abrangente total	<u><u>44.344</u></u>	<u><u>59.676</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	552.695	93.345	646.040
Incorporação do superávit acumulado	93.345	(93.345)	-
Superávit do exercício	-	59.676	59.676
Saldos em 31 de dezembro de 2013	646.040	59.676	705.716
Incorporação do superávit acumulado	59.676	(59.676)	-
Superávit do exercício	-	44.344	44.344
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>705.716</u>	<u>44.344</u>	<u>750.060</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Floresta Tropical - IFT

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	44.344	59.676
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	41.983	28.785
Resultado na alienação de ativos	-	66.675
	<u>86.327</u>	<u>155.136</u>
(Aumento) redução de ativos		
Recursos vinculados a projetos	1.908.392	(410.123)
Adiantamentos concedidos	78.488	(28.710)
Outras contas a receber	(46.676)	(17.394)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	14.632	(18.354)
Obrigações sociais e trabalhistas	51.615	(1.469)
Obrigações tributárias	18.604	(1.792)
Obrigações com recursos de projetos	(2.084.476)	846.468
Outras contas a pagar	(1.779)	(51.464)
	<u>(61.200)</u>	<u>317.162</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	25.127	472.298
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(113.048)</u>	<u>(87.991)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(113.048)</u>	<u>(87.991)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(87.921)	384.307
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>602.501</u>	<u>218.194</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>514.580</u></u>	<u><u>602.501</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto Floresta Tropical - IFT
Belém - PA

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Floresta Tropical - IFT ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação



dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis a Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Floresta Tropical - IFT em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto Floresta Tropical - IFT
Belém - PA

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Floresta Tropical - IFT ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação



dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis a Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Floresta Tropical - IFT em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente